



## **CIDADE, GÊNERO E CLASSES SOCIAIS**

### **Autores:**

Andreza Rohem Gualberto - UFF - [andrezargualberto@gmail.com](mailto:andrezargualberto@gmail.com)

Silvana Cristina da Silva - UFF - [silvanasilva@id.uff.br](mailto:silvanasilva@id.uff.br)

### **Resumo:**

As empregadas domésticas compõem uma parte significativa da classe trabalhadora no Brasil – são mais de seis milhões, segundo dados do IBGE (2018), 91,7% mulheres e 64,5% negras, sendo que a maior parte mora nas periferias urbanas. A análise do uso do território urbano por essas trabalhadoras revela as condições desiguais do uso do espaço urbano em que elas estão expostas. Nesse sentido, buscamos analisar as múltiplas dificuldades de apropriação do espaço urbano pelas empregadas domésticas, tendo como recorte analítico as trabalhadoras que laboram em casas de condomínios horizontais fechados localizados na periferia e periurbanos da malha urbana de Campos dos Goytacazes-RJ. Como base teórica mobilizamos os conceitos de gênero, classe social e espaço urbano. Metodologicamente foi realizado o levantamento e leitura da bibliografia, o levantamento e análise de dados secundários junto ao IBGE e o IPEIA e a produção de dados primários por meio de observações diretas não-participante, efetuada no cotidiano das áreas com concentração de condomínios horizontais fechados de alto padrão da cidade de Campos dos Goytacazes e entrevistas qualitativas semiestruturadas com as empregadas domésticas.

## **CIDADE, GÊNERO E CLASSES SOCIAIS**

### **Uma análise dos usos do espaço urbano de Campos dos Goytacazes pelas empregadas domésticas**

#### **Introdução**

As cidades capitalistas são vividas, usadas e apropriadas de forma diferente conforme as classes sociais e entre as frações dessas classes a qual cada indivíduo pertence, assim como ocorre com a construção da cidadania, cujo território urbano, é condicionante. Segundo Santos (2014), um indivíduo é mais ou menos cidadão conforme o lugar que sua moradia ocupa na cidade. Este local depende da capacidade de compra que cada indivíduo possui, ou seja, sua capacidade de compra determina quem você é dentro da cidade, onde transita, qual seu grau de vulnerabilidade frente a violência urbana, que tipo de medo limita seus usos no espaço e qual é o alcance da sua voz nas políticas urbanas. No entanto não é apenas o fator econômico responsável pela potencialização da apropriação do território usado pelos indivíduos. O gênero também pode vir a ser um fator limitador, bem como a condição étnico-racial. Desta forma o medo, o direito a voz, os usos da cidade e a sua apropriação apresentam diferenças entre os gêneros. Visto que as cidades seguem o padrão patriarcal, masculino e heteronormativo e são, em geral, os homens que estão à frente das políticas de gestão urbana e por essa razão, ainda que muitas mulheres já ocupem lugares de visibilidade quanto a luta do direito à cidade, que já reivindicuem seu espaço e sua identidade na paisagem urbana, esta ainda não foi feita para permitir sua apropriação e liberdade.

O direito à cidade é entendido como “mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28).

Levando em consideração essa realidade este artigo tem o intuito de analisar as múltiplas dificuldades de apropriação do espaço urbano pelo expressivo – em valores numéricos – grupo social das domésticas que é composto em sua maioria por mulheres, negras, pobres e moradoras das periferias urbanas. Buscamos analisar não só o acesso desse grupo aos recursos da cidade como sua capacidade de reivindicar a cidade segundo suas demandas pessoais, tendo como recorte espacial as trabalhadoras domésticas que labutam em casas de condomínios horizontais fechados localizados na periferia da malha urbana de Campos dos Goytacazes- RJ.

A metodologia utilizada foi de: levantamento e leitura de bibliografia que envolveram as temáticas: urbanização capitalista, espaço urbano de Campos dos Goytacazes, Gênero e

questão étnico-racial, trabalho doméstico, segregação socioespacial, e uso do território; levantamento de dados primários por meio de observações diretas intensiva não-participante, efetuada no cotidiano das áreas com concentração de condomínios horizontais fechados periféricos e periurbanos de alto padrão da cidade de Campos dos Goytacazes; e entrevistas qualitativas semiestruturadas com as empregadas domésticas.

Analisar o espaço urbano de Campos dos Goytacazes sob a perspectiva das empregadas domésticas requer trabalhar com os conceitos de gênero, de classe social e território usado. Entende-se nesta pesquisa gênero como “a dimensão socialmente construída do feminino e do masculino, ou seja, ao conjunto de regras segundo as quais as sociedades transformaram as condições biológicas da diferença em verdadeiras normas sociais” (CALIÓ, 1992, p. 01). Nesse processo, a questão de gênero, mais especificamente o gênero feminino, impõe-se, nessa análise, visando promover um debate em torno da importância de se contemplar o conceito como categoria explicativa da produção do espaço e das práticas capitalistas de produção.

Outro conceito pertinente à pesquisa é classe social entendida como fenômeno histórico cercado de conflitos antagônicos em função da posição do sujeito no processo produtivo. Segundo Corrêa (2016), as classes sociais possuem uma existência tanto objetiva como subjetiva e é essencial considerá-las nos estudos das diversas formas de segregação vivenciadas no espaço urbano, pois o processo de distinção de classes sociais é intrínseco ao processo distinção de moradias e apropriação do espaço urbano como um todo.

Desta forma, o conceito de território usado cunhado por Milton Santos é relevante para essa pesquisa. Segundo ele (1997, p. 104), o território usado é sinônimo de espaço geográfico, sendo “este tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”. Nesse sentido, buscamos entender como os diferentes gêneros vivem distintamente o território usado.

Segundo Corrêa (2002) o espaço urbano é uma dimensão da própria sociedade, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. Sendo a dimensão de uma sociedade capitalista este espaço imprime em sua estrutura física a distinção de classes. Sendo ora fragmentado, ora articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É, em primeiro momento, um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, tendo como agentes sociais produtores os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Em nossa pesquisa, as empregadas domésticas fazem parte dos grupos sociais excluídos, pois temos como hipóteses que elas são segregadas quando usam o espaço urbano para sua vida cotidiana, essa segregação toma diferentes formas.

## Espaço urbano e segregação em Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes é uma cidade de porte médio localizada na região Norte Fluminense, a qual em meados da década de 1990 começou a expandir o número de empreendimentos residenciais de alto padrão sob a configuração de enclaves fortificados dotados de amenidades localizados nas bordas da malha urbana, passando a coexistir lado a

lado duas periferias distintas socialmente. Esses condomínios foram construídos formando três vetores de expansão da malha urbana de Campos dos Goytacazes,

o vetor 1, da RJ 258, rodovia que liga Campos ao município vizinho, São Fidélis; o vetor 2, da Avenida Alberto Lamego e da rodovia BR 356, trecho viário ligando Campos ao município de São João da Barra, e o vetor 3, da Avenida Dr. Nilo Peçanha e da rodovia BR 101, ligando a cidade à capital do Estado do Rio de Janeiro ao Sul e à capital do Estado do Espírito Santo ao Norte (ZACCHI, 2012, p. 85).

Segundo Harvey (2014, p. 46) a tendência pós-moderna estimula a “formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo e vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve experiências contemporâneas em uma área de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro”.

Esses condomínios possuem todo ambiente de sociabilidade cotidiana de uma cidade e garante que apenas os comuns convivam entre si. Assim, assegura-se a manutenção do estilo de vida desta classe social abastarda em distinção das demais classes sociais. Ainda segundo Harvey, esse “novo urbanismo” de venda da comunidade em um “estilo boutique” sob a lógica de uma urbanidade perfeita e muito almejada é ferozmente alimentado por meio do marketing e do status que morar neste lugar agrega ao cidadão. Porém em contra partida, essa lógica neoliberal individualista “aumenta o isolamento, a ansiedade e a neurose em meio a uma das maiores realizações sociais [...] já criadas na história da humanidade para a concretização de nossos mais profundos desejos.” (Harvey, 2014, p. 47).

O espaço urbano de Campos dos Goytacazes foi capturado também pelo modelo de condomínio residencial horizontal fechado, cujo principal apelo é a segurança e a segregação das áreas e pessoas indesejáveis. No entanto, a convivência com outras classes sociais acaba ocorrendo em razão da necessidade de trabalhadores que garantem o funcionamento dos condomínios, como a necessidade das empregadas domésticas. Estas são as atrizes sociais pesquisadas neste artigo. As empregadas domésticas moram na periferia precária e trabalham nas periferias datadas de amenidades e infraestruturas de Campos dos Goytacazes. Essas periferias não são necessariamente em vetores de expansão diferentes, em muitos casos, essas mulheres trabalham e moram fisicamente no mesmo espaço, todavia, simbolicamente, são mundos distintos.

Tanto patrão quanto empregada se encontram segregados, entretanto são variedades destoantes de segregação. Assim como salienta Lefebvre (2001, p 98),

O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferente: ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formas (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do urbano por deslocação de seus elementos arquitetônicos), sociológico (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas).

De um lado os padrões se encontram autosegregados e, de outro, as empregadas sofrem uma segregação imposta ou induzida. A autosegregação é oriunda da elite que

escolhe um novo estilo de vida, com novas amenidades que os centros densos não podem mais proporcionar. Esta classe só consegue e escolhe se autossegregar, pois possui capital financeiro para isso. Ela paga por empreendimentos que investiram em infraestruturas e equipamentos urbanos exclusivos para quem pode pagar e garantem que os outros (os que não podem pagar) fiquem de fora das áreas equipadas. Os muros e equipamentos de segurança são os garantidores da separação das classes que coabitam uma mesma periferia. Por outro lado, a classe social menos abastada que mora nessa periferia não escolheu este local de moradia, mas foi condicionada a ele em virtude da sua capacidade econômica e política. Segundo Corrêa (2016, p. 43),

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classes, gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção. É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhe é imposto, sem alternativa de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecido pelo preço da terra e dos imóveis. Ressalta-se, contudo, que o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma se dissolve na outra.

Como dito anteriormente, Harvey (2001) define como um dos aspectos do direito a cidade a capacidade do indivíduo ou grupo de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com seus mais profundos desejos. Todavia quais são os meios, os alcances e possibilidades de mulheres, negras, pobres, moradoras de periferias precárias e de baixa escolaridade de reivindicar a cidade? Qual a possibilidade delas se apropriarem desses discursos se estão ocupadas em demasia com seu trabalho doméstico remunerado e o não remunerado?

Em Campos dos Goytacazes, assim como nas diversas cidades capitalistas esse poder configurador sobre os processos de urbanização está confinado às elites detentoras de capital, que ao mesmo tempo são dotadas de esclarecimento, informação e ocupam os espaços oficiais de gestão urbana. Restam para as classes desafortunadas e, conseqüentemente, pouco escolarizadas a desinformação e a crença que participar dos processos de configuração de uma cidade é a elas algo distante e incompreensível.

“A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado permanece na mão de poucos” (HARVEY, 2001, p. 30).

No Brasil, temos um número elevado de trabalhadoras domésticas que, segundo IBGE (2018), é de mais de seis milhões (Tabela 01). Historicamente, elas foram negligenciadas com relação às garantias trabalhistas, aos usos do espaço urbano, além de sofrerem no ambiente de trabalho agressões psicológicas e até físicas. Apesar dessas questões importantes, o número de pesquisas sobre esse grupo social na economia urbana e sobre o uso da cidade pelas empregadas domésticas ainda é escasso.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como Trabalhador doméstico (milhares)				
ANOS	2015	2016	2017	2018
1º Trimestre	6 019	6 221	6 058	6 203
2º Trimestre	6 001	6 226	6 104	*
3º Trimestre	6 014	6 123	6 177	*
4º Trimestre	6 278	6 108	6 370	*

Tabela 01: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como Trabalhador doméstico (milhares)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Mensal<sup>1</sup>; da autora, 2018.

Em Campos dos Goytacazes o número de empregadas domésticas corresponde a cerca de 10% do total de trabalhadores do município. São 14 480 pessoas trabalhando nesta função, enquanto no total são 141 480 trabalhadores lotados no município. Sendo daquele 13 911 mulheres, o que corresponde a 96% dos trabalhadores domésticos<sup>2</sup>. Valor esse um pouco acima da média nacional de 91,7% de mulheres no total de trabalhadores domésticos no ano de 2015<sup>3</sup> (IPEA, 2015).

Atualmente Campos possui sua economia sustentada principalmente pelo petróleo, porém seu desenvolvimento se deu por meio da lavoura de cana de açúcar e por grandes usinas sucoalcoleiras que passaram por um forte declínio e retração de área e produtividade ao longo das décadas de 80 e 90. O espaço que outrora as usinas ocupavam na economia é hoje ocupado pelos royalties do petróleo e suas rendas. Todavia, a economia açucareira deixou legados na cidade e na população. Esse legado se mostra presente na trajetória das mulheres entrevistadas que trabalham em serviços domésticos na cidade. Essas mulheres são filhas de cortadores de canas e começaram seus trabalhos também na lavoura de cana muito jovens e em virtude dessa inserção precoce no trabalho elas e seus pais possuem baixa escolaridade, tendo no máximo o fundamental I completo. Além do passado econômico do município ter aparecido na trajetória profissional das empregadas domésticas entrevistadas, Júlia<sup>4</sup> mostrou outra face desse legado ao relatar que mora em uma casa que pertence ao dono da fazenda de Caixeta, sendo então um imóvel cedido.

Apesar dos baixos salários e das longas jornadas de trabalho, essas mulheres afirmam que a vida melhorou, pois a vida no campo e a realidade de seus pais conseguia ser ainda mais dura.

<sup>1</sup> IBGE, Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm> > Acesso em: 01 de agosto de 2018

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_trabalho\\_domestico\\_remunerado.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html)> Acesso em: 07 de jun. de 2018.

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 20 de jul. de 2018. Em virtude da preservação da identidade das entrevistadas os nomes mencionados foram trocados por nomes fictícios.

“Eu considero que a vida está mais fácil hoje. Antes a gente trabalhava no sol, não tinha carteira assinada e não contava com benefício quando ficava doente. Eu ainda trabalho muito, mas desde que surgiu essa nova lei a vida ficou melhor” (Letícia<sup>5</sup>, 2018).

“Eu fico muito cansada, sabe! Mas o salário é um dinheiro certo e eu ainda tenho um dia de folga na semana e o melhor de tudo é que minha carteira está assinada. No campo a vida é mais incerta, mais pesada. Eu nunca quis ficar naquela vida” (Júlia, 2018).

## As empregadas domésticas e o espaço urbano

O ir e vir, e a livre manifestação e expressão são direitos universais garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, conforme expressa o artigo cinco (BRASIL, 1998). No entanto, o ir e vir e o direito a se expressar e manifestar são diferentes de cidadão para cidadão. A classe social, as características étnico-raciais e o gênero a qual pertence limitam ou potencializam os direitos dos mesmos frente ao espaço que habitam. Baseado nessas limitações que o gênero, o poder econômico e a condição étnico-racial podem trazer, aferimos que certos grupos acabam sofrendo segregações no espaço urbano que excedem a segregação residencial.

Essas segregações ganham diversas dimensões, a dimensão do corpo condicionada pelo medo das múltiplas formas de violência que o gênero feminino tem ao circular pela cidade, o qual dependendo da sua classe social pode se agravar uma vez que os menos favorecidos dependem de transporte público ou de fazer seus percursos diários a pé se tornando mais vulneráveis à violência urbana. Além da mobilidade que para os grupos pauperizados é extremamente limitada, sendo assim o ir e vir a eles garantidos não é o mesmo da classe social abastarda. Essa limitação na mobilidade urbana afeta todo o lazer e espaço de sociabilidade dos grupos desprivilegiados financeiramente. A cidade para eles é vivida de forma fragmentada e reduzida, sendo muitas vezes restrita a áreas vizinhas e ao seu local de trabalho. Seus momentos de folga são usados para descanso uma vez que a tarefa de se locomover pela cidade para obrigações diárias o deixa tão cansado e desmotivado a ponto de não pensar em outras formas de lazer e apropriação da cidade. O descanso se torna, então, o único e mais desejado lazer.

Ao perguntar as empregadas domésticas durante as entrevistas sobre lazer elas relataram o seguinte:

Que lazer, minha filha!? A gente só tem tempo pra trabalhar. Na folga, eu aproveito pra descansar pra poder aguentar a semana seguinte. No máximo vou visitar meus pais e isso quando consigo carona né, porque ônibus pra lá no domingo não existe e feriado não existe pra lugar nenhum, então, só resta ficar em casa. Sair pra me divertir só quando alguém da família faz um aniversário e minha sobrinha passa lá em casa pra me levar, se ela não puder

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em em 20 de jul. de 2018. Em virtude da preservação da identidade das entrevistadas os nomes mencionados foram trocados por nomes fictícios.

nem isso eu vou, mas eu já me acostumei e até gosto de ficar em casa (Letícia, 2018).

“Meu lazer é tomar umas cervejas no bar lá da rua de casa mesmo, sair à noite não dá não porque não tem ônibus pra voltar depois.” (Júlia, 2018)

As empregadas domésticas no Brasil compõem um dos grupos que possuem as características mais desprivilegiadas da sociedade brasileira. Desta forma é o grupo que mais sofre com as várias dimensões da segregação socioespacial. Essa categoria é 91,7% composta por mulheres (Gráfico 01), pobres, em 64,5% negras e moradoras das periferias urbanas, além de serem, em sua maioria, desprovida de qualquer meio de transporte particular, ou seja, são dependentes dos transportes público coletivo precários.

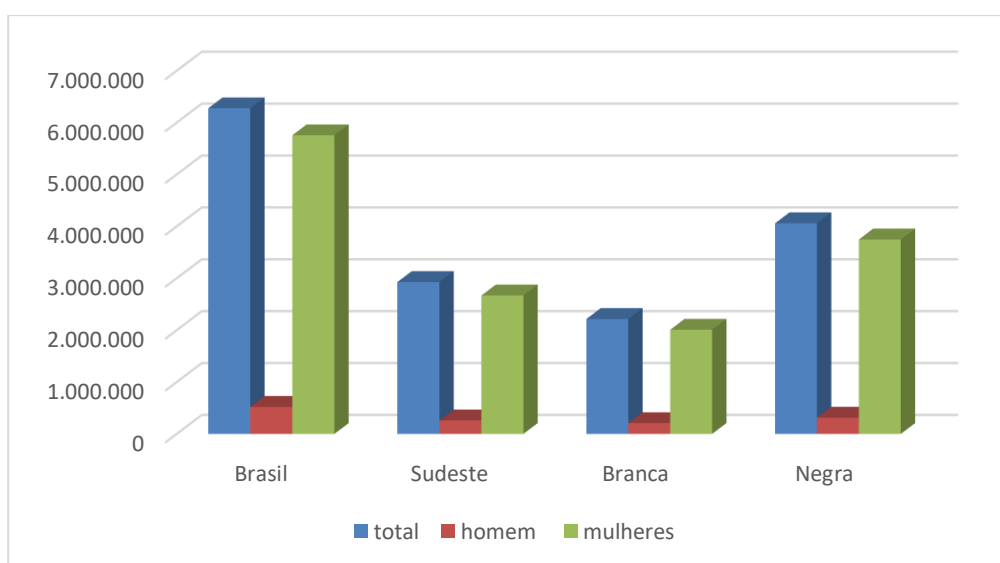


Gráfico 01: População Ocupada em Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2015

Fonte: IBGE/PNAD<sup>6</sup>; Elaboração da autora, 2018.

As empregadas domésticas vivem cotidianamente as dificuldades de mobilidade urbana, a quem é dependente de transporte público e morador de áreas distantes do centro, além de conviverem com o medo da violência urbana que é maior para mulheres e ainda maior para mulheres negras. Segundo dados do Atlas da violência urbana de 2017, a cada 100 mil mulheres 4,4 eram mortas por violência tanto doméstica quanto urbana, mas esse valor sobe para 5 quando considerado apenas mulheres negras e cai para 1,2 em relação a mulheres brancas (valores referentes ao ano de 2015). Em outras palavras, 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil em 2015 eram negras (CERQUEIRA *et. al.* 2017).

Nessa pesquisa, foram estudadas as empregadas domésticas que trabalham em residências localizadas também distantes dos centros urbanos - as residências de condomínios horizontais fechados periféricos e periurbanos de médio a alto padrão do município de

<sup>6</sup> IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_trabalho\\_domestico\\_remunerado.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html)> Acesso em: 07 de jun. de 2018.



Campos dos Goytacazes. A cidade possui 38 condomínios horizontais, desses, 21 foram selecionados para a pesquisa por serem considerados de classes de altas rendas (Tabela 02).

Condomínios selecionados			
Área 1	Área 4	Área 2	Área 3
Condomínio Sonho Dourado	Condomínio Residencial Privelége	Condomínio Granja Corrientes	Condomínio da Torre
Condomínio DAMHA II	Condomínio Vale do Paraíba	Condomínio Residencial das Castanheiras	Condomínio Parque das Palmeiras
Condomínio DAMHA I	Condomínio Palm Springs	Condomínio Village Saint Germain	Condomínio Parque das Palmeiras II
Condomínio Parthenon Park Residence	Condomínio Remanso do Paraíba		Condomínio Golden Garden
Condomínio Parthenon Park Residence	Condomínio Bougainville		Condomínio Residencial Raul David Linhares
Condomínio Residencial Nashville Country	Condomínio Bosque das Acácias		

\* Condomínio Village dos Goytacazes (Parque Aurora)

Tabela 02: Condomínios selecionados

Fonte: Google maps, pesquisa in loco, Zacchi (2012), elaboração da autora, 2018

Em função da sua condição de mulher, estas sofrem a questão de gênero expressa no espaço urbano. Pois a relação de gênero é uma relação de dominação e essa relação se imprime na configuração do espaço ao qual está inserida. Afinal, como afirma Correia (2002) o espaço urbano é a dimensão concreta da sociedade a qual abriga, desta forma, o espaço urbano expressa a opressão sobre o feminino, a qual a sociedade vive e ao mesmo tempo, condiciona as ações das mulheres no cotidiano.

cada cidade é um regime de gênero que ideológica e concretamente, manifesta uma relação distinta entre seus sistemas político, econômico e familiar. Este regime seria patriarcal: reflete as relações de poder em qualquer sociedade na qual os valores e comportamentos dos homens são presumidos como sendo normativos e assim incorporados nas instituições e instituições urbanas de modo a privilegiar o controle masculino e assegurar a subordinação feminina. Tal regime tenta também manter as mulheres invisíveis dentro da cidade. Assim, o urbano expressaria uma tensão constante entre visibilidade e invisibilidade feminina (BILAC, 2012, p.154).

Isso ocorre porque o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, sendo necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais na análise dessas relações. Para Moreira (2006) o espaço, o lugar e o território devem ser interpretados sob uma perspectiva dual, plural sendo extensível às

temporalidades. Sendo assim, o tempo, o espaço e o cotidiano são percebidos, vividos, pensados e representados de modo diferenciado pelos gêneros.

Seguindo esse raciocínio, tem-se atualmente no mundo ocidental um modelo de cidade capitalista na qual a relação entre sujeito e território é pautada na ótica “masculina heterossexual burguesa com predominância da propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros”. Neste outro, se encontra a figura da mulher, das classes mais pobres, dos homossexuais, entre outros (SILVA, Joseli; 2003, p. 39).

Nessa lógica, a figura da mulher é posta como sujeito não atuante e influente no território. Porém, hoje a mulher não só interage de forma mais ampla com o espaço como reivindica seu reconhecimento como parte atuante do território, além de lutar por um arranjo espacial que permita sua total emancipação.

Bilac (2012) chama atenção para a reflexão sobre gênero e cidade, reflexão essa de extrema importância para a análise do objeto de estudo desta pesquisa. Segundo ela as distintas vivências na cidade não são engendradas da mesma forma e o fator gênero influencia significativamente a forma de se relacionar com o espaço urbano. Ela chama atenção para o enclausuramento da mulher estrategicamente posto na configuração das cidades, sua invisibilidade e o controle deste espaço pelos homens. Para exemplificar tais apontamentos, ela utiliza a metáfora de uma das cidades de Calvino, a cidade de Zobeide, que representa a natureza “gendrada” do espaço e do lugar urbanos onde a figura da mulher é posta como oprimida e controlada.

cidade branca, bem exposta à luz, com ruas que giram em torno de si mesmas, como um novelo se destaca entre as cidades de Calvino pela história de sua fundação: conta-se que vários homens de várias nações tiveram o mesmo sonho no qual viram uma mulher correr de noite em uma cidade desconhecida. Todos a viram, no sonho, de costas, com longos cabelos e desnuda. E no sonho todos a perseguiram sem sucesso. Ela os despistava. Após o sonho, saíram em busca da tal cidade. Não a encontraram, mas se encontraram uns aos outros e decidiram construir uma cidade como a do sonho. Na disposição das ruas, cada um fez o percurso de sua perseguição; no ponto em que haviam perdido os traços da fugitiva, dispôs os espaços e as muralhas diferentemente do que no sonho a fim de que esta vez ela não pudesse escapar (BILAC, 2012, 153).

Segundo Moreira (2006), essa estrutura patriarcal confinou o feminino ao espaço doméstico e a um periférismo das questões urbanas de produção, relação e ocupação, enquanto os homens ocupavam o centro dessa discussão e possuíam total controle. Porém, é importante destacar que estes homens são os homens brancos e burgueses, afinal além da figura feminina há a exclusão das classes sociais.

Outro ponto importante destacado por ela foi a “representação desigual dos gêneros, nas escalas espaciais, nos tempos de deslocamento, nos meios de transporte escolhido e no modo, individualizado ou não, de se deslocarem”. Para os homens as territorialidades são

mais alargadas enquanto para as mulheres a preferência é pela freguesia para desenvolver sua atividade profissional e, assim, conseguir conciliar os cuidados com a casa e o serviço. Essa dificuldade de integração na sociedade comprometem o acesso aos tempos e aos espaços de lazer, principalmente das mulheres que integram as categorias sociais mais baixas (MOREIRA, 2006, p. 144).

Segundo Santos (1996), é no cotidiano que o espaço banal é apreendido de forma plena. As empregadas domésticas por serem mulheres e pertencerem ao proletariado – acrescido do fato de sua profissão ser vista como inferior mesmo entre o proletariado – sua exclusão se torna dupla frente ao território usado.

O território usado pelas empregadas domésticas em dimensões físicas chega a coabitar o mesmo espaço das moradias luxuosas que seus patrões moram, pois ambos residem na área periférica da cidade. No entanto, seus usos e apropriações são completamente distintos. Morar na periferia para essa trabalhadora significa gastar mais tempo com o deslocamento, necessitar de mais de um transporte público e ter o acesso a diversas áreas da cidade dificultado pela falta de condução que ligue seu local de moradia a vários pontos da cidade, principalmente áreas de lazer. Todavia, para seu patrão morar na periferia significa ter mais espaço, significa em parte fugir do caos do adensamento urbano, significa poder se apropriar de um novo estilo de moradia que promete segurança, espaço e nivelamento social. E em contrapartida, seu deslocamento aumentou em poucos minutos e seus acessos ao restante da cidade continuam práticos e sem grandes problemas. Isso porque seu meio de locomoção são veículos particulares e não transporte coletivo público.

Júlia, uma doméstica trabalhadora do condomínio Residencial Privilége, a qual é desprovida de qualquer meio particular de condução, relatou durante uma das entrevistas realizada que em feriados prolongados ela chega a se sentir presa em sua residência, pois cessam-se a grande maioria dos horários de ônibus, chegando a ter apenas um ao longo de todo o dia. Esta é a realidade das mais diversas periferias da malha urbana de Campos dos Goytacazes, onde o transporte público não funciona de forma adequada fora de horários comerciais – nem mesmo durante a semana os horários são regulares –, ou seja, as pessoas que vivem nas periferias com as mesmas características que ela, possuem seus deslocamentos pela cidade limitados aos seus horários de trabalho. Infelizmente este fato não ocorre por falta de planejamento, pois, isto é, um planejamento oculto de enclausuramento das classes pauperizadas aos seus bairros de moradia, é uma espécie de contenção social.

Segundo Harvey (2014, p. 57), existe uma cadeia chamada por ele de “cadeia dourada que aprisiona as populações vulneráveis e marginalizadas dentro da órbita de circulação e acumulação de capital”.

E mesmo que esta não fosse a real razão pela qual os ônibus deixam de circular fora de horários comerciais existe o discurso de falta de demanda que garanta a lucratividade para manter linhas em horários mais avançados da noite ou em finais de semana, o que é uma violação do direito a cidade para a população mais pobre e moradora da periferia precária. Pois, o transporte coletivo público deveria, acima do lucro, garantir a mobilidade mínima de seus cidadãos pela cidade como um todo.

Todavia como destaca Harvey (2014, p. 64),

O direito a cidade como hoje existe, como se construiu atualmente, encontra-se muito mais estritamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.

Essa falta de transporte público para algumas áreas é estratégica para evitar o encontro das distintas classes sociais em uma mesma área de lazer da cidade e, assim, evitar a tensão que a distinção social causa dentro das cidades. Segundo Lefebvre (2001, p. 98), “A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devido às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza. O lazer tem seus guetos. Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou”.

Além de prejudicar a apropriação de múltiplas áreas de lazer pela cidade essa configuração de demanda dos transportes públicos afeta os vínculos afetivos e familiares destas mulheres. A demora na espera e dentro da condução, além da falta de ônibus direto entre diversas áreas impedem ou roubam grande parte do tempo de sociabilidade destas mulheres. Desta forma, sobram a elas poucas horas ao final de seus dias, faltam, então, horas com seus filhos, com seus maridos e com cuidados com seu corpo e bem-estar, além de faltar meios de transporte para visitar a parentela que não mora na mesma periferia que elas.

Essa é uma reclamação comum identificada nas falas das entrevistas. Elas expõem a falta de tempo para outras atividades a não ser trabalhar, as jornadas são sempre muito longas e dificilmente se respeita o horário de saída previamente estipulado entre patrão e empregada. Todavia a Lei nº 150 de 2015, após lutas históricas, reconheceu o direito as domésticas a no mínimo uma folga durante a semana, preferencialmente aos domingos, e folgas nos feriados oficiais e como as empregadas até então entrevistadas possuíam carteira de trabalho assinada conforme a lei seus patrões respeitavam os dias de descanso de direito. Apesar de ter a folga houve relatos de que o cansaço do acúmulo de tarefas no serviço e a onerosidade dos deslocamentos diários fazem com que elas queiram aproveitar o momento livre apenas para dormir e cuidar dos serviços de sua própria casa.

Letícia<sup>7</sup> disse sentir de forma muito forte o quanto ser dependente de transporte público, que é precário, afeta sua sociabilidade familiar. Moradora da periferia de Guarus (um bairro distante do centro da cidade em Campos dos Goytacazes) possui pais de idade bem avançada, que moram em uma área rural do município, os quais dificilmente consegue visitar pois não há meios de transporte público que faça esse percurso em horários não comercial. Desta forma, ela só os visita quando uma sobrinha se dispõe a buscá-la para ir visitá-los. Após o desabafo vem o lamento “a gente trabalha tanto pra no fim das contas não ter direito a ir ver os pais da gente”.

---

<sup>7</sup> idem

Os depoimentos tornam concreto o fato de a cidade ser fragmentada e da mobilidade ser reduzida para estas mulheres mais pobres, trata-se de uma segregação socioespacial do local de moradia, no transporte e mesmo do local de trabalho. As possibilidades de elas conseguirem romper com essa lógica se torna ainda mais complexa pela baixa escolaridade, pela condição de mulher e pelo histórico de desvalorização dessa profissão. Uma profissão que teve origem no Brasil pelo trabalho escravo feminino mantém seus traços de cor, de gênero, de maus tratos e de salários que beiram a fome, uma vez que a grande maioria destas mulheres são chefes e provedoras financeiras de suas famílias. No primeiro trimestre de 2018, enquanto a média salarial de um trabalhador brasileiro era de 2169 reais, a média de uma trabalhadora doméstica era de apenas 881 reais, valor este a baixo do salário mínimo estabelecido para o mesmo período que era de 954 reais (Tabela 02).

A despeito dos baixos salários a grande maioria dessas mulheres são as principais provedoras financeiras do lar, além de ajudar sobrinhos, netos, filhas já casadas, entre outros parentes.

Letícia relatou sobre as despesas da casa que:

“comprometem todo meu salário quando meu marido não recebe e isso é comum porque ele trabalha de motorista pra prefeitura e você sabe como é, né!? Não recebe todo mês, tem mês que vem certo tem vez que leva meses pra pagar uma parte. E eu ajudo duas sobrinhas pidonas, nunca vi pedir tanto que nem aquelas meninas. Ficam me chamando pra ir ao shopping só pra pedir as coisas”

Júlia – “despesa da casa? [risos] é tudo né e eu ainda tenho neto pra ajudar”.

Rendimento médio mensal dos últimos 13 trimestres- Brasil													
Indicador/ 14 anos de idade ou mais	Trimestre de coleta												
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º
	2015	2015	2015	2015	2016	2016	2016	2016	2017	2017	2017	2017	2018
Rendimento médio de todos os trabalhos (R\$)	2185	2175	2146	2111	2119	2087	2106	2139	2169	2151	2154	2173	2169
Rendimento médio do trabalho doméstico (R\$)	865	855	843	843	864	851	850	848	863	862	854	860	881

Tabela 03- Rendimento médio mensal dos últimos 13 trimestres- Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral; Elaboração autoral, 2018

Júlia relatou em uma das entrevistas a face mais cruel desta profissão: os maus tratos. Seu relato foi referente a padrões anteriores e não aos atuais. Isso se tornou comum entre as

falas, elas se sentiam muito mais a vontade ao relatar casos passados de ex-patrões e evitavam falar dos atuais.

Trabalhei em uma casa que quando a irmã da patroa vinha do Rio de Janeiro e ficava lá eu não podia cozinhar e a roupa de cama tinha que ser muito bem passada pela patroa porque eu sou preta. Minha patroa por ser muito boa pedia pra eu fazer a comida e me dava folga o final de semana todo que a irmã estava lá e mentia dizendo que fez a comida ou que contratou alguém clara pra fazer. Eu chorava muito nessa época. Fora em outra casa que eu trabalhei quando nova e tenho até hoje marca de queimadura que as crianças me queimavam, me batiam e me colocavam pra andar pelada na rua. Eu tive muitos maus-tratos em casa de família por isso que eu falo que a melhor patroa que já tive é essa atual mesmo tendo muitos defeitos (Júlia, 2018).

Como mulher, como negra, como empregada domésticas essas trabalhadoras aceitaram só ter direitos legislados equiparadas as demais profissões rurais e urbanas em 2015, aceitam receber menos que o salário mínimo (mesmo a legislação não permitindo), aceitam abrir mão da carteira de trabalho para conseguir a vaga de emprego, aceitam ouvir e conviver com o preconceito. Como mulher, aceitam suas limitações e marginalidade no espaço urbano, aceitam cuidar dos filhos da elite enquanto os seus acabam negligenciados. E no mais a sociedade aceita a forma como são tratadas, o lugar e o desprivilegio que vivem e trabalham. Mais quais as razões para um número tão expressivo de mulheres aceitarem essa realidade?

Segundo Bourdieu (1989, p. 08), esse conformismo e aceitação geral da sociedade é feito por meio do poder simbólico. Sendo este “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Sendo o Estado<sup>8</sup> o legitimador deste poder. Ainda segundo o autor,

É enquanto instrumento estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Segundo Poulantzas (1980) o Estado tem um papel essencial nas ideologias dominantes e nas relações ideológicas. É ele quem garante a delimitação-reprodução das classes sociais, e faz isso sem usar exclusivamente repressão física. O principal mecanismo de manutenção das classes sociais e da exploração é por meio da dupla repressão-ideologia.

---

<sup>8</sup> Referimo-nos neste artigo ao Estado burguês. Entendido teoricamente como “aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente política, consistindo num agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico, cujo agenciamento apoia-se numa axiomatização de leis-regras que distribuem os domínios da atividade, de competência, e numa legitimidade baseada no corpo que é esse povo-nação” (POULANTZAS, p. 60 1980).

“o Estado é essa instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens, sem exercer coerção permanente” (BOURDIEU, p. 309, 2014). Desta forma, a dominação sobre o corpo, sobre a força dessas mulheres é feita sem usar a força. Ela é feita por uma ideologia de classes que norteia as relações humanas em uma sociedade capitalista, é feita por um poder moral exercido por meios dos símbolos e culturas da sociedade ao qual está inserida.

É em virtude desse poder simbólico que uma fração de classe aceita ser explorada por baixos salários. É por isso que as empregadas domésticas aceitam cuidar das famílias da classe média e da elite, para que estes possam potencializar seus ganhos no mercado de trabalho enquanto pagam salários baixíssimos a essas mulheres. Enquanto elas estão garantindo os cuidados necessários para o sucesso dos filhos da elite e da classe média no mercado de trabalho os seus filhos estão sendo criados por uma rede de amigos e parentes que não irão cumprir com todas as necessidades de encaminhamento dessa criança na escola e depois no mercado de trabalho.

Segundo Souza (2017, p. 54)

Os filhos dos trabalhadores precários, sem os mesmos estímulos ao espírito e que brincam com o carrinho de mão do pai servente de pedreiro, aprendem a ser afetivamente, pela identificação com quem se ama, trabalhadores manuais desqualificados. A dificuldade na escola é muito maior pela falta de exemplos em casa, condenando essa classe ao fracasso escolar e mais tarde ao fracasso profissional no mercado de trabalho competitivo.

É majoritariamente isso que tende a ocorrer com as filhas destas empregadas domésticas. Por meio da assimilação somado as dificuldades na escola oriundas da falta de suporte familiar que elas irão se tornar domésticas assim como as mães, ou ocuparão cargos de baixa escolaridade. Foi isso que ocorreu com as próprias empregadas domésticas entrevistadas. A falta de suporte familiar somada a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho condenaram as possibilidades das mesmas no mercado de trabalho.

Além da classe, da cor, do grau de escolaridade e do local a qual nasceu a outro fator que garante a condição de, nas palavras de Souza (2017, p. 55), “Ralé brasileira” a essa fração de classe, o capital cultural. Segundo o autor o capital cultural é a “incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil ou de prestígio, é o outro capital fundamental para as chances de sucesso de qualquer um no mundo moderno”. E esse é mais um dos desprivilegio destas trabalhadoras, ser despossuídas de capital cultural.

Segundo Bourdieu (1989), a posição de um sujeito na sociedade depende dos campos aos quais ele domina, o campo cultural, o econômico, o político e etc. Dominar esses campos requer possuir os poderes do capital econômico, do capital cultural e do capital social ou capital simbólico.

Um dos fatores, entre tantos outros, das empregadas domésticas estarem atrasadas quanto a direitos e a qualidade de emprego é o fato delas não dominarem e possuírem baixa

representatividade no campo político e no campo da militância. Segundo a OIT, em 2016 havia 6.108.000 trabalhadoras domésticas no Brasil e apenas 42% destas trabalhadoras contribuíam para a previdência social e só 32% possuíam carteira de trabalho assinada. Sendo que apenas 4% dessa categoria era sindicalizada. Valor este muito baixo para uma categoria que tanto precisa lutar por mais direitos e por efetivação dos que existem

Isso pode ser explicado pela falta de privilégio dessa classe. Seu tempo lhe é roubado desde de muito jovem, seu corpo e sua mente passam o dia pensando e executando seu enfadonho serviço doméstico. Enquanto as classes mais afortunadas gozam de momentos de ócio e, assim, pensam sua própria existência, sua posição e ocupação no mundo. Segundo Souza (2017, p. 58), “É um privilégio muito visível que a classe média possui capital econômico suficiente para comprar o tempo livre de seus filhos só para o estudo. Os filhos das classes populares precisam conciliar estudo e trabalho desde a primeira adolescência, geralmente a partir de 11 ou 12 anos”.

Desta forma, a consciência e a capacidade crítica dessas mulheres não são estimuladas como dos demais privilegiados, não é nato delas a aceitação conformista e a inaptidão a outras funções no mercado de trabalho é a elas condicionado, imposto essas condições. “Tudo que chamamos de sucesso ou fracasso na vida depende do acesso privilegiado ou não a esses capitais. Daí que todos os indivíduos e classes sociais lutem com tudo que têm para não apenas ter acesso a esses capitais, mas, principalmente, para monopolizá-los” (SOUZA, p. 55 2017).

## Considerações Finais

A sociedade moderna é cada vez mais individualista e baseada na propriedade privada, e em nada contesta a lógica de mercado hegemônico liberal e neoliberal. Como o espaço urbano é expressão da sociedade este vive as mazelas do egoísmo e do lucro acima de tudo. Segundo Harvey (2014, p. 27), atualmente, “os direitos de propriedade privada e taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar”. Neste panorama, o grupo social das domésticas que é extremamente pauperizado tem seu direito a cidade negado por falta de capital privado.

Além de suas limitações financeiras frente ao uso do território, há o acréscimo da opressão feminina materializada nas cidades, pois o território usado pela mulher e pelo homem são diferentes, e muitas vezes, tornam-se desiguais. Assim, como são diferentes para a elite e para a classe mais pobre. Mesmo que fisicamente este seja um mesmo espaço, simbolicamente é distinto para os gêneros e para as diversas classes sociais. O acesso ao espaço urbano, o tempo de locomoção, aos lugares, ao que é permitido e ao que não é são diferentes para homens e mulheres assim como são diferentes para mulheres das classes mais abastadas e mulheres pobres, e mulheres negras.

Nesse sentido, para elas reivindicarem o direito a cidade seria reivindicar um poder configurador do espaço urbano que mudasse a prisão da mulher pelo medo e das classes mais pobres pela falta de capital econômico. E mais do que isso, para estas mulheres viverem a cidade é necessário mudar a lógica que as prendem as tarefas da casa, é preciso romper com a sobrecarga que o feminino carrega ao ser posto como o provedor de cuidados a toda a



família. Essas domésticas possuem uma dupla jornada de cuidados, pois cuidam das suas casas e das casas de seus empregadores e assim não dispõem de tempo e energia para qualquer lazer ou para absorverem o discurso do direito a cidade e reivindicá-los.

A manutenção dessa condição de subalternidade e inferioridade que estas mulheres vivem assim como a aceitação da invisibilidade da mulher no espaço urbano é perpetuado pelo poder simbólico, a qual esta sociedade está inserida. Segundo Bourdieu, “Poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. É este um poder de construção da realidade, sendo aquilo que Durkheim chama de conformismo lógico, ou seja, concepções homogêneas do tempo, do espaço da causa entre outros elementos que norteiam a vida social. Enxergar esse poder que as prendem ao lugar histórico a qual mulheres, pobres e negras foram postas é o primeiro passo para romper essa estrutura e reivindicar boas condições de trabalho, a visibilidade da mulher nas cidades, consequentemente o direito a cidade (LEFEBVRE, 1999, p. 7).

## REFERÊNCIAS

- BILAC, E. D. Gênero e Cidades. In: Arilha, M.; Caetano, A.J.; Guedes, M.; Marcondes, G.. (Org.). Diálogos transversais em gênero e fecundidade. 1aed.Campinas: ABEP/Librum, 2012, v., p. 147-158.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BUNGE, Mario. Epistemologia – curso de atualização. São Paulo: Edusp, 1980.
- BUTLER, Judith P. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade; tradução Renato guiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico Bertrand: Rio de Janeiro, 1989
- CALIÓ, S. A. Incorporando a Questão de Gênero nas Análises Ambientais. Boletim Informativo Mulher e Meio Ambiente, São Paulo, SP, n.3, p. 23-28, 1992.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.
- CERQUEIRA, Daniel, et al. Atlas da violência urbana 2017. IPEA: Rio de janeiro, 2017
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2002.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo, São Paulo: Martins, 2014.

IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_trabalho\\_domestico\\_remunerado.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html)> Acesso em: 24 de jul. 2018.

LEFEBVRE, Henri. O Direito À Cidade. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 146p.

MARX, Karl. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986<sup>a</sup>

MOREIRA, C. O. A geografia e o gênero: um encontro urbano: os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra. Caderno de Geografia, Nº 24/25, Coimbra, Fluc. p. 141-144. 2005-2006

MOTTA, Alda Britto da. Emprego doméstico: Revendo o Novo. Caderno CRH, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Graal: Rio de Janeiro, 1980.

RIBEIRO, Ana Clara T.. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p.12458-12470.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. 2010. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8484>>

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. Revista Território, n.9, jul/dez, 2000.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7. ed. São Paulo: USP, 2014.

SILVA, Joseli Maria . Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 8, p. 31-45, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul (UFSC), v. 22, p. 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. Espaço e Cultura (UERJ), v. 27, p. 39-55, 2010.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ZACCHI, Raquel Callegario. O papel dos proprietários fundiários e do estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos dos goytacazes/RJ (1980-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.